



REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 6 — 30 de Junho de 1939 — ANO I



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>O BRASIL E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — Dr. Gustavo Barroso</i>	<i>1</i>
<i>A MÍSTICA DA RESTAURAÇÃO — Dr. Cabral do Nas- cimento.</i>	<i>7</i>
<i>A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS SERÁ UMA AFIRMAÇÃO DE TÉCNICA NACIONAL.</i>	<i>11</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Montemór-o-Velho, Penela e Soure — Cap. Jorge Larcher</i>	<i>19</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	<i>25</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>28</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

O BRASIL E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

No dia 10 de junho de 1580, morreu Camões, apagou-se no túmulo a Grande Voz que exaltara os prodígios da Raça. Finara-se com a alma em luto dentro duma Pátria de luto pelo seu Rei Desejado, morto devagar e matando, dois anos antes, a 4 de agosto de 1578, nos fulvos areais de Alcácer Quebir. Quando morre o poeta, extingue-se a Dinastia e o Rei espanhol herda o Reino. A poesia épica não tinha mais que cantar sob o domínio estrangeiro.

Unido à Espanha, Portugal está unido ao trágico destino da decadência filipina. Sessenta anos de desgraça a que a alma nacional resiste até a Primeira Restauração, a de D. João IV, como resistiria a um quarto de século de anarquia até a Segunda Restauração, a de Salazar. O vasto Império Colonial conquistado na grande e heróica aventura marítima é prêsá de todos os inimigos da Espanha, que enchem os mares, de todos os écumeurs, de todos os corsários e piratas. O Brasil, mais exposto, sobretudo.

A odisseia das populações litorâneas do Brasil durante o Domínio Espanhol, violadas e perseguidas pela pirataria estrangeira, ainda está para ser contada em conjunto. Os factos isolados que pontilham a crónica dêsse tempo e parecem de somenos importância à primeira vista, reunidos mostram o verdadeiro panorama do que sofreu a colonização lusa no Brasil por parte de ingleses, franceses e holandeses. Gabriel Soares pinta os moradores tão aterrorizados que viviam sempre de «roupa entrouxada» para se fazerem ao mato. A pirataria que os acomete sem descanso resulta de profunda antinomia religiosa. Contra os papistas, dizem os piratas. Hereges chamam-lhes os documentos coevos.

Os ingleses, cuja arrogância natural a destruição da Invencível Armada e todos os triunfos da era elizabetana fizeram subir de ponto, são os primeiros no assalto. Mal se estabelece o Domínio Espanhol sôbre Portugal e suas conquistas, dirigem-se à costa brasileira. A 24 de janeiro de 1583, o corsário Eduardo Fenton, comandando três galeões e uma pinaça, surge à barra de Santos. Atrai-o o açúcar do grande engenho de Martim Afonso de Sousa passado aos Schetz de Amsterdão. Felizmente, ronda pelo Brasil a esquadra espanhola de Flores Valdez, que se dirige ao Prata. Três dos seus galeões sob o comando de André Squino atacam os ingleses e os põem em fuga, embora perdendo um dêles.

Em 1591, o príncipe dos ladrões do mar, Tomás Cavendish, que, de volta de suas frutuosas expedições, subiria o Tamisa com mastros dourados e velas de damasco nos seus galeões, como nos contos de fadas, toma e saqueia a vila de Santos. Recua, porém, na marcha sôbre o ambicionado engenho dos Schetz com muitos mortos e feridos nas emboscadas do caminho. Em 1592, ataca o Espirito Santo e é derrotado.

Não há sossêgo. Uns vêm após os outros. Em fins de 1594, é, segundo Hacklyt, a «well governed and prosperous voyage» de James Lancaster, agente duma Companhia organizada com capitais judaicos em Londres, sob a protecção oficial da Municipalidade. Sai ao mar com três navios, aos quais se reúnem na ilha de Mayo mais quatro do corsário francês Venner. Em abril de 1595, avistam as praias brasileiras. No dia 9, apoderam-se do forte do Bom Jesus, desembarcam e ocupam a povoação do Recife, recebendo o considerável reforço de dez navios do pirata francês João Noyer. São, assim, dezassete galeões artilhados dum consórcio de três ladrões do mar que atacam Pernambuco, isto é, a fonte da riqueza açucareira, de alta importância na época.

Governados pelo bravo D. Filipe de Moura, os pernambucanos não se deixam roubar impunemente. Entrincheiram-se no istmo que leva a Olinda e impedem a passagem dos piratas. Durante um mês inteiro que permaneceram no Recife, tôdas as vezes que tentaram qualquer ataque ou golpe de surpresa ao istmo, fôram repellidos com duras perdas. Acuado entre o Capibaribe e o Beberibe, o inglês, que se intitulava almirante, resolveu retirar-se a 10 de maio. Antes, porém, ousou a derradeira tentativa, mandando seu vice-almirante Edmundo Baker avançar com 275 ingleses e franceses escolhidos contra a gente de Olinda. Receberam uma lição de mestre. Entre os cadáveres jacentes na lama dos mangues contava-se o próprio vice-almirante e o francês João Noyer. No mesmo dia, Cavendish fez-se de vela para a Europa, levando o que saqueara no Recife e nos engenhos próximos.

Ao findar o século XVI e ao começar o XVII, os ingleses estabelecem-se onde há menos vigilância, nas regiões despovoadas do Grão-Pará. Intentam fixar-se definitivamente na parte litorânea da Amazonia. Levantam fortes como o Tauregi ou Torrego, no rio Taheri, à margem esquerda do Amazonas, o do Cumaú, na ponta de Macapá, mais três na ilha dos Tucujús e ainda alguns em outros pontos. Acompanham-nos holandeses, fortificando-se em Maniutuba, na foz do Xingú.

O grande Pedro Teixeira, incorporador de tôda a vastidão amazônica ao Império Português na América, ajudado de bravos auxiliares como Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, expulsa-os todos entre 1625 e 1632. A 14 de maio de 1625, pessoalmente escorraça o capitão Filipe Pursell da ilha de Tucujús. A 23, varre os holandeses da bôca do Xingú. A 24 de outubro de 1629, sua gente apodera-se do forte Torrego e aprisiona o capitão James Pursell, irmão do derrotado em Tucujús. A 9 de julho de 1632, o capitão Pedro Baião de Abreu conquista pelas armas o forte do Cumaú. No intermédio desses feitos principais, a luta constante e árdua; mas o estrangeiro não logra fincar o pé. Depois dessa limpeza, Pedro Teixeira remonta o grande rio e vai até Quito. Tôda a profundidade equatorial do Brasil se deve à formidável energia desse homem invulgar.

O comércio do pau-brasil atraíra franceses à costa desde poucos anos após o descobrimento. A célebre casa dos irmãos Ango, protegida de Francisco I, mandava seus navios traficarem até Cabo Frio. Os huguenotes de Nicoláu Durand de Villegaignon tentaram esta-

belecer-se no Rio de Janeiro. A francesada traficava com o indígena, que adulava de maneira vil, em Sergipa, na Paraíba e no Maranhão. Gaffarel afirma que, desse tráfico clandestino, resultavam para a França «imensos recursos». Fácil lhes era exercê-lo no Septentrião brasileiro, em cujo litoral «aucune forteresse ni château qui indique la présence des euro-



GRAVURA ANTIGA, ALEMÃ, REPRODUZINDO CENAS DO PERÍODO DA RESTAURAÇÃO

peens» e onde, por multiplas razões que não vêm ao caso, «la population se montre plus affable aux français qu'aux portugais».

Os navegadores diepêses pretendiam conhecer essas costas deshabitadas, na altura do Maranhão, desde 1524. Afonso de Saintonge estivera na foz do Amazonas em 1542. Em 1594, Jacques Riffault e o Cavalheiro des Vaux tinham vivido com as tribus maranhenses.

Seus companheiros, como Adolfo de Montbille, estadeavam entre os Tabajaras da Ibiapaba, no Ceará, quando, na aurora do século XVII, ali chegou a bandeira audaz de Pêro Coelho de Sousa. Em julho de 1605, o Rei Henrique II estabelecia o senhor de la Ravardière de la Touche seu Tenente General nas terras da América.

A préza cobiçada era o Maranhão, do qual dizia o Governador Geral do Brasil em carta ao Rei Filipe III ser terra «muito fértil e utilíssima», opinando que redundaria em benefício para a Corôa o repartirem em distritos aquêles vastos territórios. Adiantaram-se os franceses ao Monarca espanhol. Depois de longa estadia na região, La Ravardière foi buscar mais recursos em França. A 19 de março de 1612, partem do pôrto bretão de Cancale os três navios «Régent», «Charlotte» e «Sainte-Anne», conduzindo 500 homens, para a conquista do Maranhão. Atravessam o Oceano e dão fundo a 11 de julho na enseada do Mucuripe, no Ceará. Balem devagar a costa para o norte até 25 de julho, quando chegam à ilha de Upaonmiri, que batizam como Sant'Ana, nome que lhe ficou. A 6 de agosto, a expedição desembarca na ilha do Maranhão, entre o Anil e o Bacanga. Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière faz-se acompanhar dum grupo de fidalgos: de Razille, de Harlay-de-Sancy, de la Molle, des Gros-Bois, todos protegidos da Regente de França, Maria de Médicis, todos nomeados por ordem de sucessão — «Tenentes Generais do Rei nas Índias Ocidentais e Terras do Brasil». Os índios da região, preparados pelas viagens e tratos anteriores, fazem causa comum com os expedicionários. Assentam-se os fundamentos da cidade chamada de São Luiz, em honra ao maior dos Reis franceses. É o estabelecimento da posse, a colonização definitiva sucedendo ao vanguardear da pirataria.

Mas o domínio francês dura pouco. A 19 de novembro de 1614, Jerónimo de Albuquerque derrota os invasores em Guaxenduba e a 2 de novembro do ano seguinte La Ravardière capitula e retira-se. As Côrtes de Madrid e Paris resolvem a sorte da região na Europa, aonde vai defender os interesses do Brasil Português um dos bravos restauradores maranhenses, Diogo de Campos Moreno, autor da «Jornada do Maranhão».

Mau grado a perda do Maranhão, os franceses continuam pirateando na costa setentrional até fins do século XVII. Ainda a 28 de junho de 1607, os capitães Francisco de Sousa Fundão e Martins de Mendonça os repelem em Macapá. As derradeiras expedições, a infeliz de Duclerc, em 1710, e a feliz de Duguay-Trouin, em 1711, nada mais são do que a continuação do hábito da pirataria.

Essa pirataria tôda nada mais é também do que o prelúdio duma conquista pensada, amadurecida e realizada, a dos holandeses. A primeira tentativa de Ollivier Van Noort, em 1599, contra o Rio de Janeiro, malogrou-se sob o fogo certo da fortaleza de Nossa Senhora da Guia, hoje de Santa Cruz. A prosperidade dos judeus lusos e espanhóis expulsos da Península e refugiados nos Países-Baixos calvinistas, tão gabada por Mendes dos Remédios, é o grande incentivo dos piratas num sentido ao mesmo tempo de proveito e vingança. A Holanda, como escrevia o embaixador Sousa Coutinho ao Conde da Vidigueira, era a mãe

dos cristãos-novos. São eles os que fundam, comanditam e dirigem as Companhias de Comércio de 1602 e 1621, a primeira contra o Oriente Português, a segunda contra o Ocidente, nada mais na autorizada opinião de Oshlow Burrish, autor da «Batavia Ilustrada», do que «organizações permanentes de pirataria».

Dispondo dos cabedais saqueados à famosa Frota da Prata dos espanhóis na baía de Matanzas, a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais lança-se sobre o Brasil longínquo e esquecido da Corôa de Castela, desde 1624, tomando e saqueando a Baía. A reação dos baianos os derrota e expulsa. Anos mais tarde, leva a efeito o assalto a Pernambuco. Desembarcados no Pau Amarelo, os mercenários de Weerdenburg, guiados pelo israelita conhecedor da terra, António Dias Paparobalos, apoderam-se de Olinda e do Recife, de onde a conquista se estende para o norte até o Maranhão e para o sul até a Baía, com tentativas extremas contra a Amazonia, dum lado, contra o Espírito Santo, do outro.

A longa e sangrenta luta contra o herege invasor trava-se, em alternativas de vitórias e derrotas em Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Baía, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, aqui mais forte, ali menos, nela se afirmando um verdadeiro espírito de brasilidade, isto é, de querermos ser o que somos com nossos usos e nossa língua, nossa religião e nossa tradição lusitana. No painel de tôdas as batalhas, nas derrotas como a da Mata Redonda, nas vitórias como as dos Guararapes, esplendem quais símbolos vivos os portugueses de Fernandes Vieira, os brasileiros de André Vidal de Negreiros, os índios de D. António Filipe Camarão e os negros de Henrique Dias. Mesmo quando o novo Rei, premidido de aperturas, angustiado de dificuldades, forçado de conselhos, quer renunciar à luta feroz contra a Holanda, a gente do Brasil continua a guerra sôzinha e restaura Portugal, não só no Brasil, mas no Atlântico, àquem e além mar, em Africa, mandando Souto Maior e Salvador Corrêa de Sá e Benevides varrer os flamengos de Angola e da Loanda.

Que maior contribuição poderia dar o Brasil remoto, deserto e pobre à Restauração de 1640? A pirataria de estrangeiras nações forjara no sacrifício e na luta a alma brasiliense dessa grande época. Quando D. João IV subiu ao seu ainda inseguro trono, os brasileiros se achavam de nuas espadas ensangüentadas na mão. Não as embainharam, emquanto lhe não restituíram intacto o Império Português nas duas margens do Oceano. Título de glória para o Brasil!

GUSTAVO BARROSO
(Da Academia Brasileira)



A MÍSTICA DA RESTAURAÇÃO

Não existissem os agravos da política de Castela, no segundo quartel dêsse fecundo século XVII; tivesse o Rei cumprido os deveres que lhe impunha o sistema de união pessoal, que de certa maneira os seus dois antecessores haviam respeitado; e nem assim a idea de independência, o desejo de libertação deixariam de surgir e desenvolver-se no ânimo da nossa gente. Os que, em 1621, ainda não tinham quarenta anos, haviam nascido já sob o signo da dinastia austríaca. Assim tinham crescido e vivido, e é maravilhoso, na verdade, que mesmo ao contacto das grandezas do império, já então experimentado de revezes, mas das quais bem poderiam compartilhar, os portugueses formassem, pelo contrário, uma consciência colectiva de tão pura unidade nacional.

Se é certo que, na linguagem official, se aludia sempre, embora com pouca sinceridade, ao «paternal amor com que Vossa Magestade trata estes leais vassallos» e outras fórmulas de cortesia palaciana, na alma popular não se expressavam os sentimentos com tão delicada circunspecção. Murmurações, clamores, insurreições aqui e ali, não eram mais que a exteriorização dum estado de espírito que ansiava pelo regresso à autonomia e glória da nação pequena mas livre, desintegrada dos perigosos conjuntos estaduais que se não compadeciam com quási cinco séculos de independência.

Assim se criou no país uma geral ansiedade que permitiria, depois, legitimar o advento do Rei natural como uma resolução que «tocava o povo», e fazer entrar a Providência em muitos dos actos que precederam e se seguiram à «feliz aclamação».

Essa mística, que já se manifestara entre a arraia miúda, quando da escolha do Mestre de Aviz, em 1385; que tanto persistiu depois da morte de D. Sebastião, quando a idea de regresso do príncipe desejado fazia pulsar os corações dos portugueses e escaldar a oratória dos frades e a imaginação dos profetas; essa crença redobrava agora de intensidade, compelia à acção e impunha, pela violência das forças espirituais, a restauração urgente duma pátria deprimida.

Não pensavam de outra forma os próprios escritores nacionais, a quem o mito do Encoberto contagiara. António Vieira deixara-se enfeitiçar, tornara-se um visionário. O quadro da sociedade portuguesa de então não pode ser visto nem compreendido sob outro aspecto nem à luz da crítica dum Oliveira Martins, por exemplo; e o 1.º de Dezembro, longe de ter sido, como êle pretendia, o resultado duma conjuração parcial, tem pelo contrário direito a ser considerado como uma verdadeira revolução.

O poeta Manuel Tomaz, num dos seus livros menos conhecido — mas talvez o melhor — a *União Sacramental*, publicado em 1650, desenha assim o sentimento geral da nação perante o advento dum chefe natural, ansiosamente esperado, — que tanto podia ser o Duque de Bragança, como outro português qualquer em quem coubessem os requisitos ne-

cessários para a missão libertadora. Até uma república, como a dos Estados Holandeses, serviria os desígnios dos nossos antepassados.

Mas dizia assim Manuel Tomaz :

«Encuberto, Declarado,
Em quem os enigmas páram,
E de tantas profeçias
Se vêm as soluções claras.

«Restaurador Milagroso,
Dezejado que nos Salva
Do pezado Cativoiro
De Aegyçios crueis d'Esanha».

Nenhum movimento de ordem política e social que não seja o resultado dum consenso unânime e como que gerado na cumplicidade tácita da nação. Neste caso, porém, a ansiedade indefinida, a esperança vaga dos que almejavam por uma nova ordem de coisas, o sebastianismo dos que, saudosos e poéticos, ambicionavam a volta dum monarca nado e criado em Portugal, juntavam-se à razão mais prosaica dos que sofriam e deploravam as exigências vexatórias do fisco, que esta foi, sem dúvida, também uma das grandes alavancas da revolução.

A Espanha não nos podia dar glória, bem desejava ela consegui-la sobre os inimigos franceses e holandeses; prosperidade também não, que as suas finanças depauperadas envolviam as nossas no mesmo descabro assustador. Sobre essas dificuldades da hora presente, pairava sempre a recordação da história pátria, interrompida nos areais de Alcácer; essa história de tão heróica ressonância, que os nossos cronistas insistiam em descrever e os épicos em memorar, mesmo sob a hegemonia castelhana. E de além mar chegavam as notícias da resistência inverosímil de alguns portugueses à espoliação metódica das colónias.

Que admira, pois, que se fizessem promessas, se formulassem votos pela salvação do reino, ameaçado assim nos domínios do ultramar, vilipendiado no seu exército, nos seus chefes, nos representantes do povo? Nada conheço de mais significativo deste espírito nas vésperas da Restauração, do que a promessa do cônego Henrique Callaça de Viveiros, de que fundaria um recolhimento e mosteiro dedicado a Nossa Senhora da Incarnação logo que se verificasse a substituição da Casa de Áustria no trono de Portugal e conseqüente aniquilamento da política nefasta dos seus validos. Voto tanto mais de encarecer, quanto é certo que por via do seu estado, se encontrava este eclesiástico isento do célebre imposto da meia anata, que foi uma das maiores razões de hostilidade dos portugueses contra o Conde-Duque. Fôra bem o patriotismo que lhe falara na alma, e não é descabida nem inoportuna a



DONNA LUIZA FRANCISCA DE GUSMÃO.

DONA LUIZA DE GUSMÃO, ESPOSA DE D. JOÃO IV

(Da colecção de gravuras da Biblioteca Nacional de Lisboa)

referência que ora lhe faço, e a evocação do seu nome por certo ignorado da maioria dos portugueses.

Eis como, na doação de todos os seus bens, feita em 1658 (depois de criado o recolhimento e em vésperas de ser transformado em convento de religiosas claristas) recordava êle mais uma vez o motivo principal da fundação :

«... Na presença de mim tabalião e das testemunhas abaixo nomiadas, pello ditto conigo Henrique Callaça foi ditto que depois da felice aclamação do serenissimo Rey D. João quarto ã Ds tem, querendo dar graças ao mesmo Ds da mercê que fizera a este Reyno de Portugal em lhe dar Rey natural, achou que nenhuma couza o podia fazer de maes servisso seu que em lhe fundar nesta cidade hum recolhimento p.^a donzellas, pellas muytas que este bispado tem nobres e da maes condição, que o dezejão servir em clauzura...»

Assim o encontro relatado entre os documentos da Tôrre do Tombo, nos papeis que vieram do Funchal em 1886 e foram encorporados naquele arquivo nacional. Tal fervor patriótico, que levou êste português a desfazer-se de todos os seus bens materiais, erigindo com êles um mosteiro em sinal de regosijo pela aclamação, — êsse fervor patriótico não é um caso isolado, entra aqui apenas como uma exemplificação das mais curiosas.

O mesmo ambiente, que originava estas atitudes, criando por assim dizer a necessidade moral da Restauração, aqueceu de tal maneira nas horas do advento dela, que o milagre se tornou familiar e fácil, e em tudo os portugueses sentiram prognósticos e augúrios da felicidade que despontava.

Assim, o povo viu, no dia em que D. João IV foi aclamado, despregar-se o braço direito do Crucificado, na cruz que precedia o arcebispo de Lisboa, nesse luzido cortejo com que o novo monarca, pela pompa das formas exteriores, entrou definitivamente na história e na imaginação popular.

Muitas datas notáveis do nosso passado as recordamos às vezes como simples efemérides, outras suscitam só o içar das bandeiras, outras, ainda, breves discursos e conferências. Nenhuma tinha merecido, como esta, a comemoração das escolas, o interêsse da juventude do país. Belo sintoma, na verdade, porque a mística da Restauração, que gerou o acto de 1640 e tornou possíveis Montijo e Montes Claros, Castelo Rodrigo e Ameixial, ficou sempre vinculada à mocidade lusitana e há de informar o seu espírito e o seu carácter em tôdas as gerações de Portugal. E se o aniversário do 1.º de Dezembro trazia tanta alegria e entusiasmo, que havemos de dizer do seu terceiro centenário, que no proximo ano se comemora?

CABRAL DO NASCIMENTO



A EXPOSIÇÃO DO MUNDO POR TUGUÊS SERÁ UMA AFIRMAÇÃO DE TÉCNICA NACIONAL

Estamos em Belém, na séde do Commissariado da Exposição do Mundo Português e na sala da grande «maquette».

Um rectângulo de 7 metros por 4 revela-nos, nos pormenores mínimos, o que será o grande certame de 1940. Não estamos diante da realidade, mas quasi, de tal modo é elucidativa e sugestiva essa valiosa peça de estudo, executada por um grupo de habilíssimos modeladores portugueses.

A um convite do sr. dr. Augusto de Castro, o Architecto-chefe Cottinelli Telmo prepara-se para nos descrever a Exposição.

Em face do que vemos foge-nos uma pergunta talvez inconveniente:

— Mas isto faz-se?...

Cottinelli Telmo sorri serenamente e aponta para o engenheiro Sá e Melo, Commissário adjunto e Engenheiro-chefe.

Êste sorri e não diz nada; mas nos olhares trocados entre os membros do Commissariado descubro uma segura tranqüilidade acêrca do cumprimento integral da missão que lhes foi confiada superiormente.

— É claro que se faz — ou teríamos já trespassado o nosso encargo a outros! — remata o Architecto-chefe. E continua: — Para o jornalista não vale a pena haver segredos, por isso lhe vamos contar tudo, até mesmo o processo que temos usado para trabalhar: 1.º — Não dizemos nada a ninguém senão quando a Exposição estiver pronta... 2.º — Procuramos manter a confiança que em nós deposita o Govêrno e usamos da inteira liberdade de acção que nos deu. 3.º — Entendemo-nos todos muito bem, os três, e não temos horário de trabalho!

Lembramos que o «programa» da Exposição do Mundo Português foi apresentado ao público em Janeiro dêste ano, numa entrevista do sr. Commissário Geral...

— Foi. E de então até hoje fizemos o seguinte: uma planta geral da Exposição; depois uma grande perspectiva em que se definiam volumes e se pormenorizavam as soluções dos muitos problemas de trânsito, de circuitos dos visitantes, de vedações, etc.; depois alguns dos melhores architectos portugueses estudaram os seus projectos e definiram-os de modo a tornar possível a execução desta «maquette»...

— ... que é...

— ... que não é um brinquedo, nem um capricho, mas uma peça de estudo indispen-

sável, a guia da Execução dos trabalhos. Não a fizemos para a expôr ao público nem para mostrar às «visitas», embora nos seja muito grato fazê-lo...

A PARTE HISTÓRICA

Cottinelli Telmo coloca-nos diante da entrada da Exposição, do lado de Lisboa. O efeito de conjunto é magnífico. Uma porta monumental de 40 metros de altura, grande cartaz da Exposição, serve de ponte de passagem, de ligação da zona de terra com a zona marginal. (Projecto do próprio Architecto-chefe) e constitue um fecho dos pavilhões históricos.

— Siga o circuito do visitante. Por aqui... Pavilhão da Fundação. Subimos ao 1.º andar. Estamos ao nível da Porta da Fundação, isto é, da sua passagem sôbre a Avenida da Índia, sôbre os combóios e automóveis que nela circularão livremente. Continuamos a viagem. Pavilhões da «Formação e Conquista» e da «Independência», do architecto Rodrigues Lima. Estamos já junto do Tejo.

OS DESCOBRIMENTOS

— Essa grande cúpula?

Faz parte de todo êste pavilhão, que é o dos «Descobrimientos» e cujo projecto é da autoria do architecto professor Pardal Monteiro. A cúpula conterà no interior uma grande esfera que se moverá e onde serão inscritas as rotas das viagens de navegação dos portugueses. Passamos de novo para o lado oposto e, ainda através da Porta da Fundação, alcançamos os pavilhões da «Colonização» e da «Propagação da Fé», do architecto Carlos Chambers Ramos.

A análise dessa admirável «maquette» dá-nos a noção nítida do efeito que produzirá a Exposição depois de construída. Nela encontramos as velhas casas junto do Mercado, que serão limpas e melhoradas de modo a acentuar-se-lhes o sabor setecentista, o Bairro Commercial, também de sabor setecentista, a Casa de Santo António...

— Gustavo de Matos Sequeira, seu e meu colega, será o realizador desta parte — diz Cottinelli Telmo. — Porque é preciso dizer-lhe que cada Secção da Exposição tem o seu director responsável. Só com a distribuição de cargos e responsabilidades inerentes poderíamos levar a bom termo esta grande empreitada. A divisão do trabalho é um dos segredos dêste empreendimento.

O Comissário Geral, dr. Augusto de Castro, fala-nos nesta altura, com admiração, do capitão Galvão (Secção Etnográfica Colonial); de Pastor de Macedo (Pavilhões da Fundação, Formação e Independência); do comandante Quirino da Fonseca (Pavilhão dos Descobrimientos); do Agente Geral das Colónias, Júlio Caiola, (Pavilhões de Colonização e Fé); de

Norberto de Araújo (Pavilhão de Lisboa); do coronel Afonso Dornelas (Pavilhão dos Portugueses no Mundo); de Francisco Lage, delegado do Secretariado da Propaganda Nacional, (Aldeias Portuguesas e Secção de Etnografia Metropolitana); de Leitão de Barros e Martins Barata (Nau Portugal).

Qualquer destes nomes, ou pela experiência de outras realizações, ou pelo seu saber, representa uma garantia da execução a tempo e horas do recheio dos Pavilhões e Secções — conclue o sr. Comissário Geral.

— Repare agora — continua o Arquitecto-chefe — na solução curiosa de ligação íntima entre o grosso da Exposição e o Jardim Colonial por meio de uma rampa em caracol e de uma ponte. É uma solução do architecto Cassiano Branco, a quem distribuí o estudo do largo fronteiro à entrada da Secção Colonial. Recomendo-lhe uma visita especial a esta Secção. Veja as «maquettes» dos vários Pavilhões, da autoria dos architectos Gonçalo Melo Breyner, Vasco Palmeiro (Regaleira) e António Lino. As dimensões desta sala não permitiram que completassemos a «maquette» quanto a essa Secção.

A PRAÇA DO IMPÉRIO

Estamos agora defronte da grande praça que tem por fundo os Jerónimos, a peça principal da Exposição Histórica do Mundo Português.

— Devíamos talvez ter começado por aqui. Esta é a Praça do Império, criação do sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

— Maior do que o Terreiro do Paço, e, com certeza, uma das maiores praças da Europa — arriscámos.

— E'. Devastámos um velho jardim, mas a Câmara Municipal, a quem cabe uma enorme soma de trabalhos, vai construir imediatamente outro no seu lugar, o futuro Jardim da Praça, projecto do architecto Vasco de Lacerda Marques. A' direita, o Pavilhão de Honra e de Lisboa; à esquerda o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, de Portugal de 1940 e do Brasil moderno.

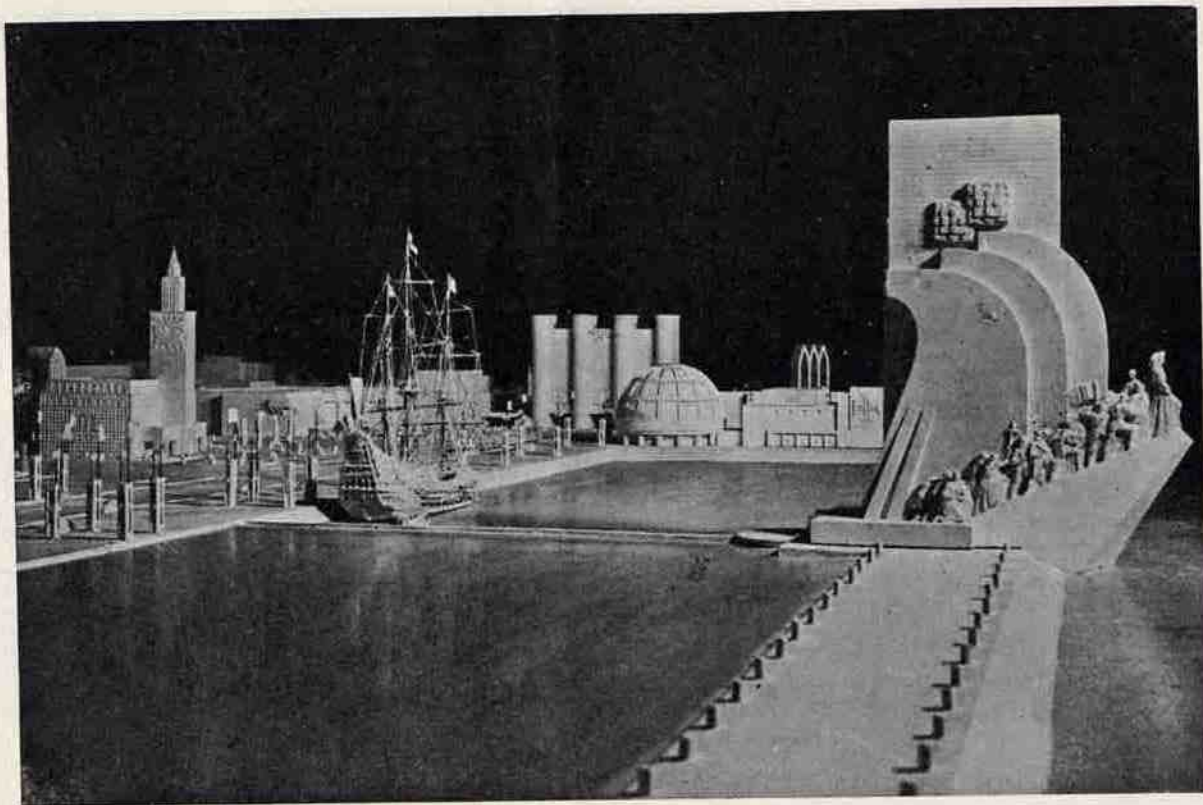
— De quem são os projectos?

— O do Pavilhão de Honra é do architecto prof. Cristino da Silva; o outro é da minha autoria. Medem 164 metros de comprimento por 19 de altura. As tórres têm 50 metros.

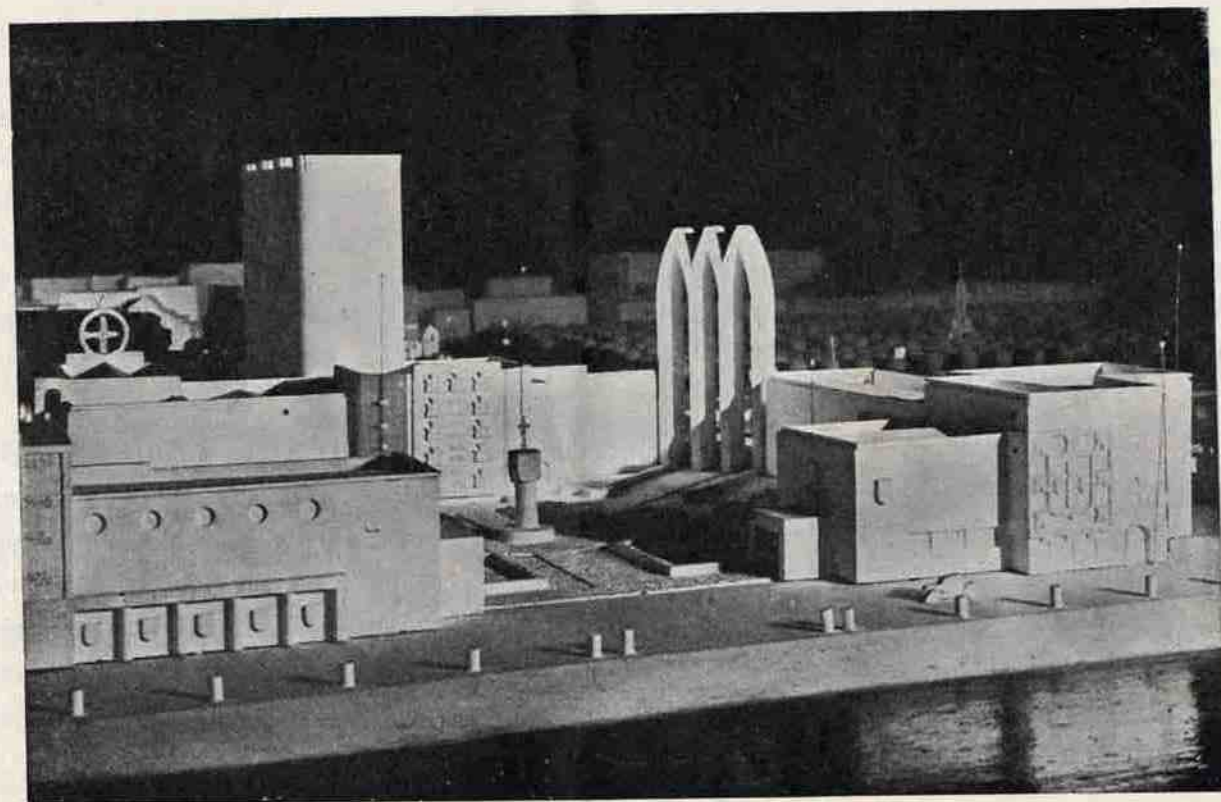
— São grandes peças monumentais — observo. E é curioso o aspecto architectónico destes edificios: Num, a sugestão da «Casa dos Bicos»... — o ar de «fortaleza» no outro...

— Já lhe digo alguma coisa a êsse respeito, mas deixe-me terminar a missão de «cicerone»...

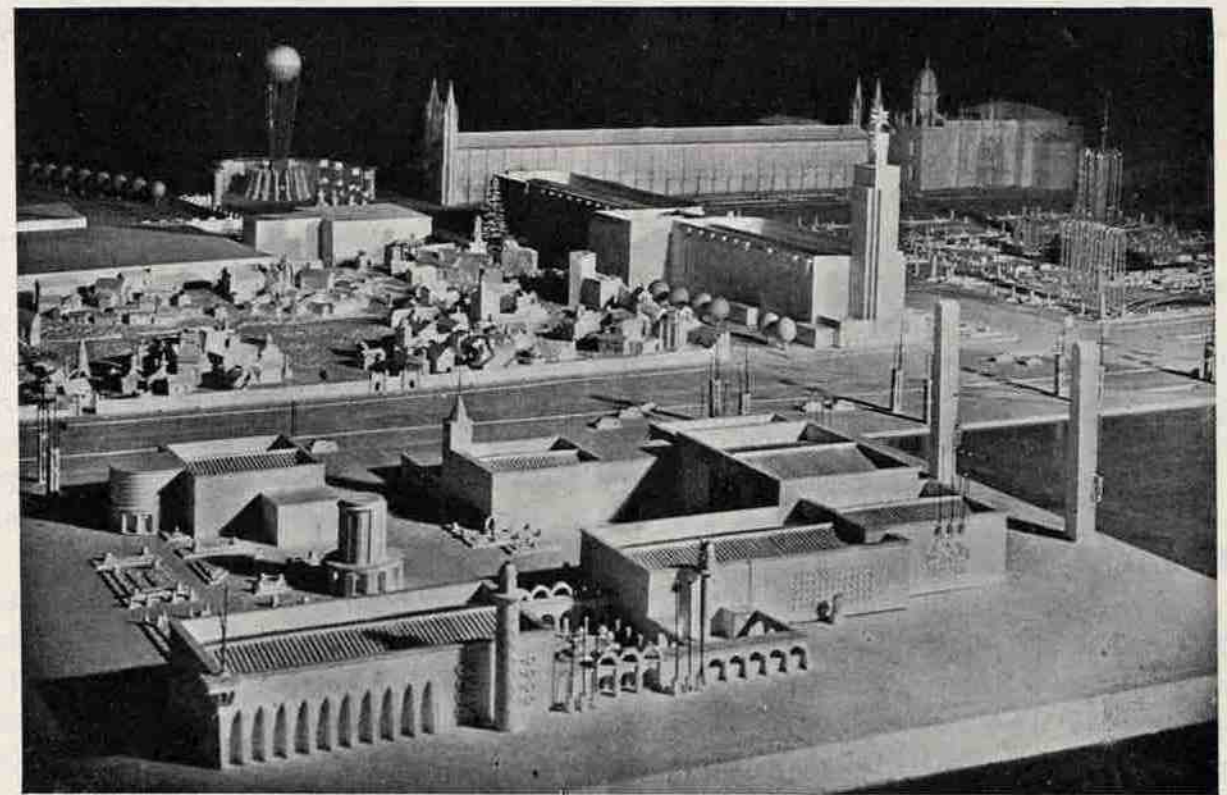
EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



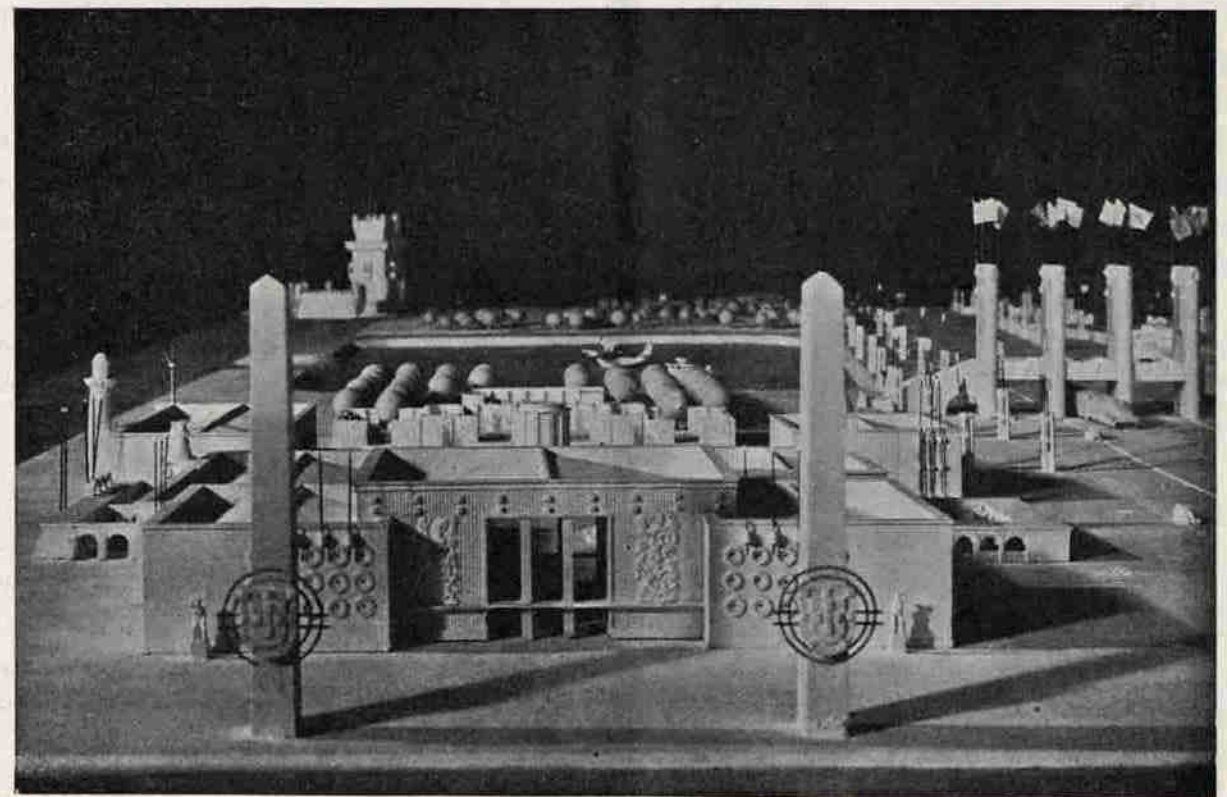
À ESQUERDA, COM A SUA TÔRRE, O PAVILHÃO DE LISBOA; MAIS LONGE, A CÚPULA DO PLANISFÉRIO E, NO PLANO DE ÁGUA, A CARAVELA SETECENTISTA E O MONUMENTO DAS DESCOBERTAS



EM PRIMEIRO PLANO, OS PAVILHÕES DA SECÇÃO HISTÓRICA E MAIS ATRAS A PORTA DA FUNDAÇÃO, COM AS SUAS QUATRO TORRES, VISTA DE PERFIL



EM PRIMEIRO PLANO, PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA. EM SEGUNDO PLANO, AS ALDEIAS PORTUGUESAS E OS JOGOS DE ÁGUA DA PRAÇA DO IMPÉRIO. AO FUNDO, OS JERÓNIMOS E NA CÉRCA DO MOSTEIRO O PARQUE DE ATRACÇÕES.



EM PRIMEIRO PLANO, PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA. AO FUNDO, A TORRE DE BELEM E A DIREITA A PORTA DA RESTAURAÇÃO SOBRE A AVENIDA DA INDIA

O PADRÃO DA DESCOBERTA

— Este monumento, colocado no eixo da Praça, dominando o conjunto e fazendo frente ao rio...

— ...Este monumento tem uma história. Era preciso um grande padrão da Exposição uma síntese dinâmica do esforço dos portugueses, no Descobrimento, na Conquista, na Propagação da Fé. Neste cortejo ascencional de figuras — navegadores, guerreiros, monges, trovadores — não podia deixar de aparecer a figura máxima...

— ... do Infante D. Henrique — atalha o Comissário Geral — E' preciso dizer-lhe que desde o primeiro momento *exigi* que na Exposição aparecesse, em lugar de honra, o Infante, como a Grande Figura que presidiu à formação do Mundo Português.

— Não pretendi fazer um monumento ao Infante de Sagres — explica-nos Cottinelli Telmo. — Foi da Praia do Restêlo — o local da Exposição — que partiram há quatro séculos os portugueses que formaram o «Mundo Português». O sentido da «Partida» é a génese do «Padrão da Descoberta». O Infante está lá, porque comanda realmente, sem substituição possível, esse espírito da Grande Aventura do Mar.

Prende-nos a atenção a preciosa reprodução, rigorosamente à escala, da Nau Portugal, ancorada na actual doca dos submersíveis.

— É quasi um monumento, não é? — diz-nos o Arquitecto-chefe, adivinhando o nosso pensamento. Está em construção, já, sob a superior direcção técnica do comandante Quirino da Fonseca. E' um plano de Leitão de Barros com a valiosa colaboração do igualmente grande artista Martins Barata.

— E aquilo? São as «Aldeias Portuguesas», claro...

— São. Treze núcleos, correspondentes às treze províncias. O architecto Raúl Lino está trabalhando nos projectos, de colaboração com Francisco Lage e Sales Viana, de quem já falámos. Os agrupamentos de casas serão obra da fantasia do architecto, mas cada uma delas será a reprodução de documentos autênticos das nossas habitações rurais.

A «Porta da Restauração», do architecto Vasco Lacerda Marques, estabelece a ligação da zona das «Aldeias» com a zona da «Etnografia Metropolitana», conjunto harmonioso e pitoresco de pavilhões onde, segundo me informam, serão exibidas as nossas rendas, os nossos barros, trajos populares, produtos de doçaria e panificação, etc.

— Estes pavilhões foram projectados pelo architecto Veloso Reis e por João Simões.

— Um teatro de ar livre, não?

— Projecto do architecto Paulo Cunha, meu adjunto, assim como o «Jardim dos Poetas Líricos» que constitue um vestíbulo do teatro e cujo plano é uma idea pessoal do senhor Comissário Geral.

O Architecto-chefe chama-nos ainda a atenção para a área destinada aos pavilhões dos C. T. T., Turismo, Imprensa, Telefones, Marconi, etc., para a curiosa entrada do «Par-

que de Atracções», do architecto Keil do Amaral, e por fim fala-nos da colaboração dos architectos.

— Compreende: isto é uma «grande orquestra» que não dispensa uma «regência» que me coube a mim, como poderia ter cabido a qualquer dos meus distintos colegas. Da parte destes tenho tido as maiores provas de dedicação e a mais completa solidariedade profissional. Se alguns nomes posso pôr em evidência, sem receio de ser injusto, ponho os de António Lino e Paulo Cunha, meus cooperadores de todos os dias, na sua qualidade de Architectos-Adjuntos. Este problema da Exposição do Mundo Português está-me «na massa do sangue» e ocupa inteiramente o meu espírito. «Arquitectura efémera?» De acôrdo! Mas a architectura é sempre architectura, mesmo quando os edificios são para demolir.

«Vamos fazer uma Exposição que não é internacional embora possa ser o «ensaio geral» de uma futura grande Exposição Internacional; vamos fazer uma Exposição Portuguesa e sobretudo uma exposição histórica; tornemo-nos independentes das fórmulas architectónicas preconcebidas e tenhamos a coragem da sermos indiferentes a uma crítica internacional, que nunca compreenderia nem sentiria as razões sentimentais e estéticas da nossa orientação.

«Por isso a architectura da Exposição é o que é; portuguesa e de 1940!

«Só é possível um esforço desta natureza num ambiente de compreensão, de confiança e de auxílio mútuos: O dr. Augusto de Castro é um chefe com uma claríssima e lúcida visão das realidades; o engenheiro Sá e Melo um infatigável e silencioso impulsionador dos trabalhos.

«Será preciso falar da acção poderosa desenvolvida em todos os instantes pelo sr. Ministro das Obras Públicas, eng. Duarte Pacheco — ou dizer que o Presidente do Conselho, sr. dr. Oliveira Salazar, é o alicerce espiritual da obra que pretendemos erguer?

«Não, porque todos o sabem».

Assim terminou a sua interessante entrevista, concedida ao *Século* em primeira mão, o notável architecto a quem o Governo, em boa hora, entregou a direcção estética do Grande Certame de 1940.

(De «O Século», de 4 de Junho de 1939)



In nomine patris etc etc etc scilicet a. m. Ego Raol pbr una cum ceteris fidelibus francorum mobilitate querebant veni. cui ad huc Serraceni h. m. fratribus suorum dilectione possederent. p. omnium nauiganciu egredier' p. ead' acuatere' uob' luthicantibus' et m. uecta' cepullisq. archu' p. p. p. p. p. n. s. m. q. m. q. d. m. s. l. o. c. o. m. a. n. e. s. i. c. t. a. s. i. g. n. i. s. c. r. u. c. i. s. p. o. t. u. s. s. u. p. s. o. l. d. a. c. i. e. n. r. i. a. d. i. e. n. t. i. s. d. o. i. d. e. o. n. r. i. x. p. o. a. l. t. e. r. e. a. n. t. e.

In q' loco ex tunc die habuit loco cui eccle' fidelib' condiana' epopugatione no oblat. Maude dni m' ihu xpi. eppa peccata ma' cu' labora' oca' a' d. o. i. s. p. o. s. u. b. h. o. n. o. r. e. b. e. a. t. e. u. r. g. i. n. i. s. m. a. r. i. e. h. o. r. m. i. c. a. r. u. s. m. i. n. i. s. t. e. r. i. u. s. n. o. s. i. n. e. m. a. x. i. m. a. d. e. u. o. t. i. o. n. e. c. o. n. s. t. r. u. i. t. I. n. c. u. s. t. i. m. u. s. e. n. g. l. e. s. a. d. p. r. a. m. o. r. t. e. q. u. a. s. e. q. u. i. t. s. e. r. r. a. c. e. n. o. s. i. e. r. f. e. c. i. t. s. p. u. l. a. e. C. a. p. a. u. e. n. t. i. a. r. u. m. p. a. g. a. n. o. r. u. m. s. p. m. a. c. u. l. r. e. m. o. c. u. l. s. t. a. u. e. n. t. e. d. i. c. t. o. i. d. e. b. i. t. o. p. a. n. t. a. l. e. s. i. s. u. i. r. o. g. e. d' a. u. c. t. o. u. e. n. t. d. o. m. i. n. i. s. i. o. h. n. o. b. r. u. c. a. r. e. n. s. i. s. a. r. c. h. e. e. p. i. s. u. b. a. n. n. u. c. i. s. p. o. s. t. e. r. o. s. m. o. d. i. b. r. u. e. n. s. i. s. m. o. n. a. s. t. e. r. i. o. s. u. b. b. e. a. t. a. u. g. u. s. t. i. n. r. o. g. a. l. a. m. u. s. u. e. n. t. i. s. u. n. i. f. r. a. t. r. u. n. c. i. t. e. c. o. g. n. i. t. a. s. u. p. e. b. e. l. l. o. c. u. i. c. u. o. m. i. b' s. u. i. s. p. r. o. n. e. c. i. t. s. p. o. s. s. e. s. i. o. n. i. b' u. m. q. u. e. r. u. n. c. i. t. u. m. f. a. c. i. o. A. h. o. c. p. r. e. m. i. o. a. n. i. m. e. m. e. e. m. o. r. i. u. m. p. a. r. e. n. t. u. m. s. u. o. q. u. i. i. n. s. e. p. u. l. t. u. r. e. p. e. t. a. n. t. Si. f. u. e. r. i. t. a. l. i. q. u. i. d. i. s. t. i. n. g. u. a. p. r. o. n. a. u. l. t. e. r. i. t. u. s. h. a. c. c. o. n. s. t. a. n. t. i. a. p. a. g. i. n. a. c. u. i. u. s. p. r. o. n. e. f. i. t. i. a. l. i. q. u. i. q. u. i. e. t. a. r. e. u. l. d. i. s. s. i. p. i. t. e. s. t. r. a. n. n. e. o. s. u. d' r. e. g. a. l. i. u. l. t. i. c. o. p. e. d. i. c. t. a. e. l. a. m. i. n. a. u. e. r. i. t. e. r. o. s. c. r. u. c. i. s. i. d. e. e. u. l. p. u. c. o. n. o. n. a. t. n. e. e. n. o. n. i. s. i. s. t. i. t. e. r. i. t. a. n. a. c. h. e. m. a. t. i. u. s. u. n. i. c. u. l. o. l. i. g. e. t. i. c. o. n. t. u. m. n. o. n. e. d. n. i. r. a. c. o. n. s. t. a. n. t. i. f. i. d. e. l. i. u. x. p. i. a. n. o. r. u. m. f. a. c. i. e. r. e. c. e. t. a. m. h. a. c. m. i. s. e. r. i. f. a. c. i. u. s. p. r. e. c. i. u. m. h. a. b. e. a. t. u. n. g. u. e. r. e. n. e. m. a. r. c. h. a. s. a. n. g. e. l. i. p. u. c. a. p. a. r. a. s. u. l. t. i. c. o. n. e. c. r. u. c. i. s. f. a. c. i. a. c. i. t. a. n. t. i. m. i. s. e. r. e. a. u. g. e. n. s. e. a. p. t. i. t. a. m. a. n. o. e. 2. v. i. c. e. v. i. E. g. o. f. i. d. e. l. i. c. e. R. a. o. l. p. r. b. r. i. h. a. c. p. a. g. i. n. a. f. a. c. i. e. u. n. i. s. c. o. r. a. i. d. o. n. e. c. e. s. t. i. u. r. o. b. o. r. o. a. q. u. i. h. o. c. s. i. g. n. u. m. t. a. c. o. I. n. p. r. e. s. e. n. t. i. a. f. u. e. r. u. t.

Ego edobitus portugalesiis rex
 Fernad' pbr
 Rodencus in peluc alhade a
 Menend' alfo

Ego iohs baccarens' arch' ep
 Ego iohs collebric' ep
 Ego pbr portugalesiis
 Ego iohes uilens' ep
 Ego moit' lame' castil' ep

†
 †
 †
 †
 †

Saluus suu' etc

PRIMEIRO DOCUMENTO DATADO RELATIVO A TOMADA DE LISBOA E INSTITUIÇÃO MAIS ANTIGA DE CAPELA JUNTO A ESTA CIDADE

Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo. Amen.

Eu Raol, presbitero, tendo vindo para o cerco de Lisboa na companhia dos outros Francos, quando a cidade com todo o seu termo ainda se achava em poder dos Serracenos; sendo o primeiro que desembarqueei, longe da cidade e dos que dentro e fóra dela moravam; havendo expulso com o meu arco todos os pagãos, — depois de feita oração, erigi uma cruz em um lugar solitário. E habitando ai, desde esse dia, embora me não esquecesse de tomar parte, com os outros companheiros, no ataque quotidiano à cidade, — em louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo e com o meu dinheiro e o meu trabalho e suor e não sem a máxima devoção, constituí um eremitério e capela dedicado à Beata Virgem Maria. E no cemitério adjunto foram sepultados os Inglezes, tanto os que morreram de morte natural, como os que sucumbiram às setas dos Serracenos.

Tomada, porém, a cidade e removidas tôdas as imundices dos pagãos, eu, com o favor de D. Afonso, rei dos Portugueses, e autorizados por D. João, arcebispo de Braga, faço-vos testamento do supradito lugar, com tôdas suas pertencas e posses, em atenção à vossa caridade, a vós, os cônegos de Santa Cruz, que viveis no mosteiro de Coimbra, sob a regra de Santo Agostinho. E isto para remédio da minha alma e das almas dos meus parentes e dos que se dizem estar ai sepultados. Se por acaso alguma pessoa eclesiástica ou secular, ou de qualquer categoria que seja, pretender contestar em algum ponto ou anular este testamento, seja obrigada pela justiça real a pagar ao mosteiro de Santa Cruz o décuplo (do valor) da sobredita igreja; e, se não se arrepender, incorra em anátema e seja privado para sempre da comunhão do senhor e do consórcio dos seis cristãos. E isto faço para que tenha vigor perpétuo. E pague cem marcos de prata corrente aos cônegos de Santa Cruz. Foi feita esta disposição testamentária no mês de Abril da era de 1186.

Eu supramencionado Raol, presbitero, mandei fazer este escrito em presença de testemunhas idóneas, o roboro e faço este sinal. Os que foram presentes: Eu Afonso rei dos Portugueses, conf. Fernando Peres, conf. Rodrigo Paes, alcaide, conf. Mendo Afonso, conf. Eu João, arcebispo de Braga, conf. Eu João, bispo de Coimbra, conf. Eu Pedro, bispo do Porto, conf. Eu Odorio, bispo de Viseu, conf. Eu Mendo, bispo de Lamego, conf. Salvado, subdiacono, notário.

Trad. — Dr. José Maria Rodrigues — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
 In. — Elucidário Nobiliárquico — Afonso Dornelas — Vol. I n.º XII - Dezembro 1928.

CASTELOS DE PORTUGAL

MONTEMÓR-O-VELHO, PENELA E SOURE

Não tencionamos, nestas ligeiras notas que ocuparão, todos os meses, um cantinho desta Revista, descrever, ainda que sumariamente, a história dos inúmeros castelos que existiram em terras de Portugal.

Limitaremos o nosso trabalho aos que se encontram em melhor estado de conservação, se bem que possamos afirmar, com enorme mágua, que muitas dessas antiquíssimas fortalezas, que foram completamente destruídas devido à maldade dos homens e à acção arruinadora do tempo, tiveram um papel preponderante na formação da nacionalidade e no alargamento do nosso território, constituindo, algumas delas, fortes e por vezes invencíveis obstáculos às investidas dos moiros.

Nesta ordem de ideas e como continuação do nosso último artigo sôbre os castelos de Leiria e de Obidos, vamos, neste número, ocupar-nos de três castelos do distrito de Coimbra: Montemór-o-Velho, Soure e Penela, qualquer dêles de remota fundação, e que são uma afirmação eloqüente da sua actividade e da poderosa acção dêsde os primórdios da nacionalidade em prol da independência de Portugal.

Dos três castelos a que neste número nos referimos, é o de Montemór, sem dúvida, aquêle que mais assunto nos fornece para uma larga descrição; mas o limitado espaço de que dispomos não consente que nos possamos ocupar, com o desenvolvimento que merece, do castelo de Montemór-o-Velho, que, depois do de Coimbra, era, incontestavelmente, o mais vasto e poderoso dêste distrito.

A robustez das suas muralhas e a sua posição dominadora tornavam-no uma fortaleza inexpugnável.

A sua planta representa uma figura irregular; no seu principal recinto estava a forte torre de menagem e a igreja de Santa Maria de Alcáçova, um dos mais notáveis templos desta vila e de grande antiguidade, e no recinto anexo fortemente fortificado ficava a capela do abade João.

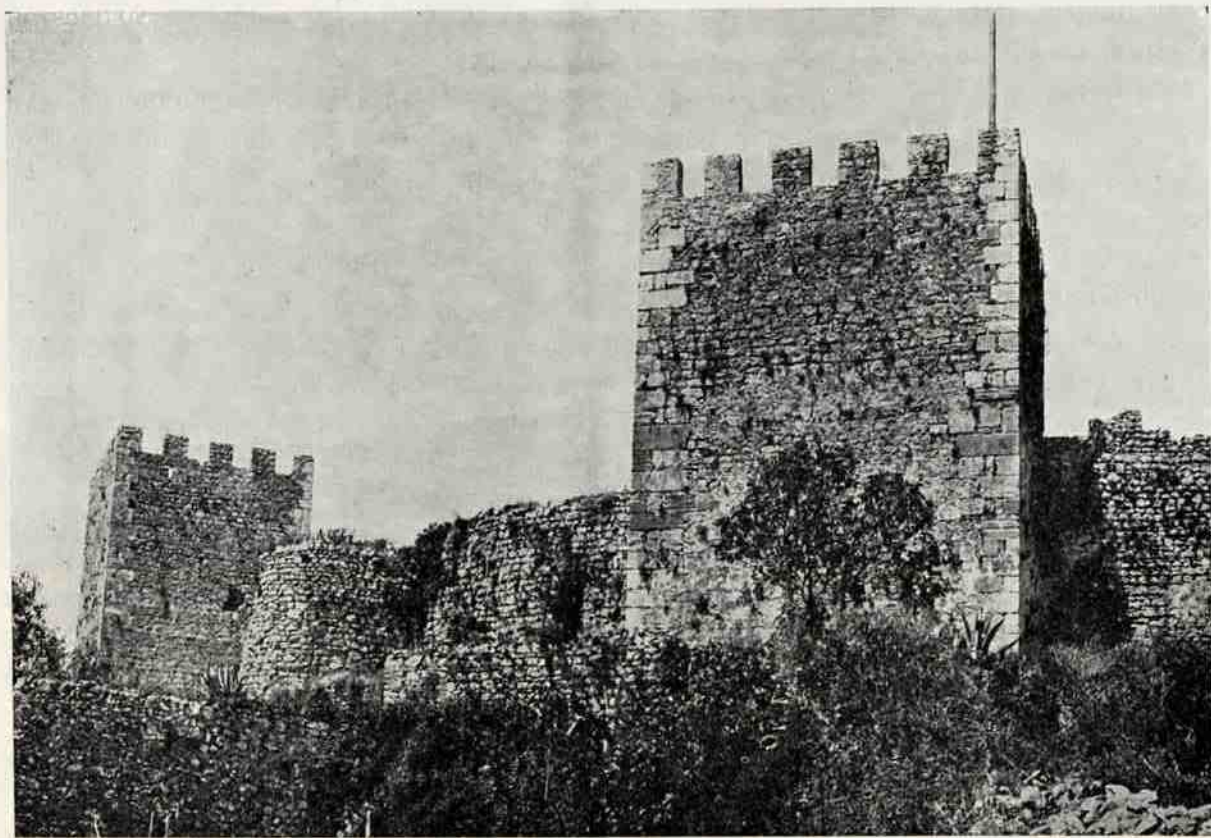
Ainda hoje existem, neste velho castelo, as ruínas do antigo paço, cuja construção se atribue a D. Urraca, e no qual ainda há poucos anos se podiam admirar algumas janelas manuelinas e rendilhadas cantarias.

Papel de primacial relêvo têve êste castelo na defesa de Coimbra, recebendo, por várias vezes, as violentas investidas dos moiros, que numa luta encarniçada procuravam reaver as povoações de que os cristãos se iam apoderando à custa de tão pesados sacrifícios.

Foi êste castelo ocupado pelos moiros em 716, e resgatado no ano 848 por Ramiro I,

rei de Leão, mas neste mesmo ano Abd-el-Raman, de Córdoba, ataca Montemór, ao tempo na posse do célebre e valente abade João, sobrinho do rei Leonez.

A heróica e tenaz resistência do abade João e dos seus valorosos homens obrigou o califa de Córdoba a retirar, sendo depois derrotado na batalha de Chavijo, por Ramiro I. Mais tarde o renegado Garcia Janhês, conhecido entre os moiros por Zulema, e que fôra um



CASTELO DE MONTEMÓR-O-VELHO

dos protegidos do abade João, desde muito novo, oferece-se ao califa de Córdoba para atacar Montemór.

Cai de surpresa sobre o castelo, mas o abade João, com o auxílio dos monges de Lervão, que se acolheram à sombra das protectoras muralhas desta vasta fortaleza, defende-se com galhardia e resiste com heroicidade aos seus temíveis e numerosos inimigos; mas a falta de mantimentos começou a fazer-se sentir; e então, para evitar um mal maior, o abade João e seus companheiros tomam a estóica decisão de matarem tódas as

peças de família que os não podiam acompanhar, e depois, com rara energia e impetuosidade, caíram sobre os moiros, que não esperando tão violento e súbito ataque, levantaram o cerco, deixando, no campo da batalha, grande número de mortos entre os quais a odienta figura de Janhés.

Conta a lenda que depois da vitória, o abade João e os seus companheiros, com viva satisfação, foram encontrar vivas as pessoas que haviam degolado.

Na posse dos cristãos se conservou Montemór, até que, em 985, Al-Mansor cai sobre a Lusitânia, e com um forte exército conquista e destrói Montemór, Coimbra e outras povoações.

Reconstruído pelos moiros o castelo de Montemór, ficavam êles na posse de um forte e seguro abrigo, do qual saíam para as suas correrias de crueldade nas povoações próximas, redobrando a sua actividade quando perderam Coimbra—um dos seus mais poderosos e queridos baluartes.

D. Fernando I, rei de Leão e Castela, descontente com as barbaridades cometidas pelos moiros, então senhores de Montemór, resolveu atacá-los, tomando de assalto Montemór, com grandes perdas para os cristãos e ainda muito maiores para os moiros, sendo em seguida arrasado o castelo e a povoação para que não fôsem de novo ocupados pelos inimigos dos cristãos.

Em 1088, o rei de Castela D. Afonso VI mandou reedificar e povoar Montemór e reconstruir com cuidados especiais o seu castelo, visto que ao tempo os moiros estavam senhores de uma grande parte da Estremadura, e êste castelo devia tornar-se um importante elemento de defesa de Coimbra, que os moiros tanto desejavam reconquistar.

Muitos outros acontecimentos históricos de relêvo se deram nesta antiga fortaleza, que desde longa data vem sofrendo várias separações, não tendo sido também poupada a destruições e profanações de tôda a espécie e que bastante contribuíram para aniquilar uma grande parte dêste interessante exemplar de arquitectura militar e religiosa.

*

* * *

O castelo de Penela está numa situação estratégica admirável, assente sobre rochedos, numa posição sobranceira à vila, e dêle se disfruta um vasto panorama.

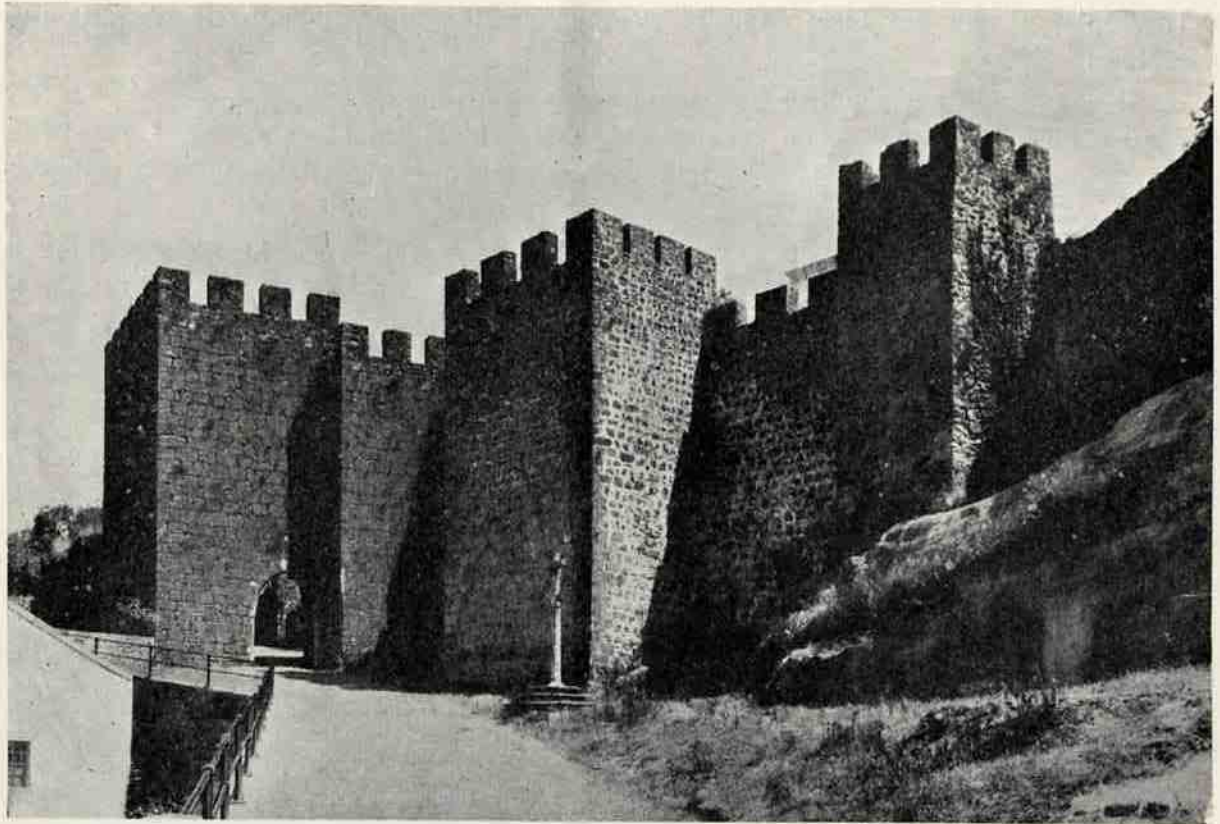
Esta velha fortaleza é anterior à fundação da nacionalidade, não existindo elementos seguros para precisar a data da sua construção; contudo, alguns cronistas e historiadores atribuem a sua fundação a D. Sisnando.

Por mais de uma vez à sombra das suas muralhas se travaram duros combates entre

cristãos e moiros, visto que êste castelo era um dos elementos de defesa da importante praça de Coimbra.

Em 1116, quando do grande cêrco àquela cidade, foi êste castelo destruído, sendo mandado reparar mais tarde por D. Teresa.

Em 1129, os moiros aproveitando o período das desavenças entre D. Afonso Henri-



MURALHAS DO CASTELO DE PENELA

ques e sua mãe, com um poderoso exército de novo destruíram êste castelo, e daqui seguiram a pôr cêrco ao de Coimbra.

Em 1137, estava o castelo na posse de D. Afonso Henriques, como se verifica pela sua carta de doação em que dá e outorga aos penelenses o castelo com seus termos.

Depois desta data devia ter caído na posse dos moiros, pois só assim se explica que de novo fôsse tomado em 1148, como o afirmam alguns autorizados historiadores.

Além das reparações a que já nos referimos, mandadas fazer por D. Teresa, é natural que D. Afonso lhe tivesse mandado fazer outras de certa importância.

Em 1187, D. Sancho I reconstruiu-o e ampliou-o, tendo voltado a receber novas reparações nos reinados de D. Dinis e D. João I.

Entre outros factos importantes desenrolados neste castelo, merece especial menção a nobre atitude dos penelenses, que apesar de terem como governador da praça o conde de Viana, que seguia o partido de D. Beatriz, foram desarmados tomar o castelo, aclamando el-rei D. João I e sobre as ameias arvoraram a bandeira nacional.

Tinha doze tórres este castelo, sobressaindo entre elas a forte e bela tórrer de menagem; ainda é uma das fortalezas das mais bem conservadas deste distrito, se bem que, por mais de uma vez, tivesse sofrido grandes estragos.

Entre outras curiosas lendas que estas velhas muralhas recordam, não queremos deixar de reproduzir aquela que explica a origem do nome desta vila: Uma vez, conta a lenda, foram os moiros dar de beber ao gado, mas os cristãos que estavam de atalaia, numa arrancada admirável subiram a encosta e inesperadamente e com extraordinária bravura entraram pela porta da Traição que ficara aberta.

O comandante dos bravos cristãos, já dentro da praça, gritava, colérico, entusiasmado os seus homens que o seguiam:

— «Coragem que estamos com o pé nela!...»

E daqui a origem do actual nome de Penela.

*
* *
*

Fica-nos para o final deste artigo, a vetusta e abandonada fortaleza de Soure, que não está situada, como a maioria dos nossos castelos, em ponto elevado, tendo, pelo contrário, sido construída numa vasta planície e que, com outros castelos do distrito, desempenhou papel importante na defesa de Coimbra.

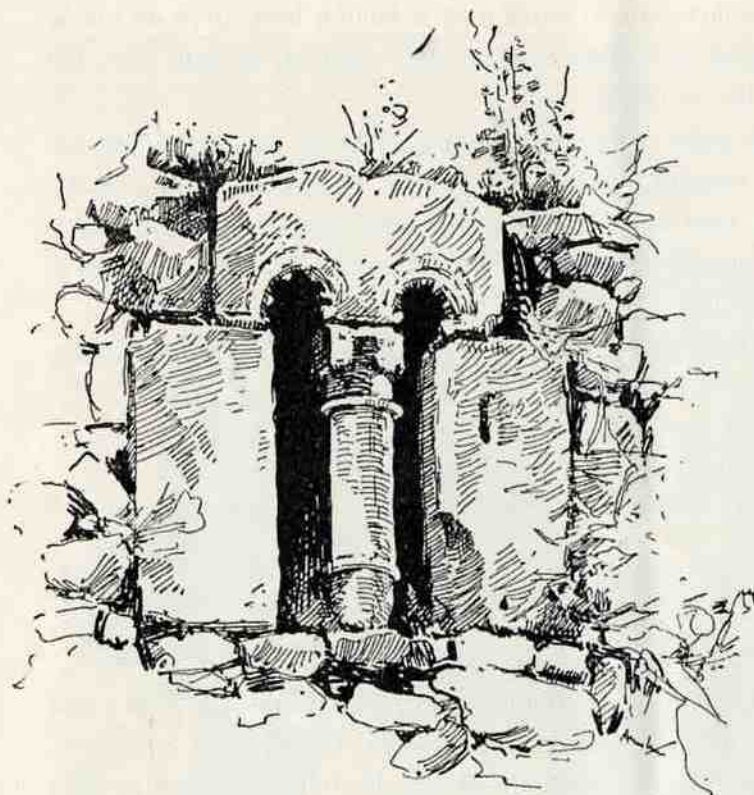
A sua fundação vem de recuadas épocas, não havendo elementos seguros para fixar a data da sua construção, como acontece com quasi todos os outros castelos desta região.

Que saibamos, Soure foi tomado aos moiros em fins de 1064, conforme consta do documento do Livro Preto da Sé de Coimbra, fls. 48 v., sendo pouco depois restaurado, visto que o conde D. Sisnando, depois da tomada de Coimbra, empenhou-se em fundar e reconstruir muitos castelos, especialmente os que constituem a defesa de Coimbra.

Mais tarde, em 1116, depois da conquista dos castelos de Miranda e Santa Olaia, foi Soure destruída e incendiada pelos seus habitantes, que considerando-se impotentes para a defender dos ataques dos moiros, preferiram tomar esta terrível decisão destruindo-a e acolhendo-se, depois, à protecção do Castelo de Coimbra.

Com o consentimento de D. Teresa foi esta povoação restaurada em fins de 1123 ou

princípios de 1124, tendo sido pouco depois entregue o seu castelo a um dos famosos capitães daquela época Gonçalo Gonçalves, que pouco tempo o conservou em seu poder, porque em 1128 já estava na posse dos templários, que tão heróicamente se bateram com os mouros em 1144, tendo sofrido, a-pesar da sua brilhante defesa, grande mortandade, levando os mouros para Santarém grande número de cativos, que só foram resgatados quando, em 1147, D. Afonso tomou Santarém.



JANELA GEMINADA



UMA TORRE DO CASTELO

CASTELO DE SOURE

(Desenhos do pintor Armando Lucena)

Nêste castelo, onde a acção do tempo e a ignorância dos homens tantos estragos têm feito, ainda podemos admirar uma interessante tôrre e nas ruínas das muralhas que ainda se conservam de pé, uma janela geminada e outra de volta perfeita.

Urge acudir a esta antiquíssima fortaleza, a-fim-de a conservar e a restaurar o melhor possível, mantendo-a como gloriosa evocação do passado.

Aproximam-se as festas dos Centenários; é o momento próprio para fazer reviver a história de todos êstes gloriosos padrões militares tão abandonados às inclemências do tempo e alguns dêles já perdidos para a investigação e para o estudo.

Não devemos esquecer que foram os castelos as mais vigilantes sentinelas na independência de Portugal.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPrensa PORTUGUESA

O Diário da Manhã, de 13 de Maio findo, dedicou o seu editorial à patriótica iniciativa da Colónia Portuguesa do Brasil, de adquirir e oferecer ao Governo português o Palácio da Independência. A nossa Revista tem o prazer de arquivar nas suas páginas esse interessante artigo, que transcrevemos com a devida vénia:

«A Colónia Portuguesa do Brasil, no intuito patriótico de participar de maneira efectiva e duradoira nas Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, resolveu adquirir, para doar ao Estado, o Palácio dos Condes de Almada, dando assim realidade a uma velha aspiração acarinhada por muitos portugueses.

Consta já de Decreto publicado no *Diário do Governo*, cujo texto publicámos também no *Diário da Manhã* de 3 d'este mês, o processo de efectivar o mais rapidamente possível os desejos da entidade doadora. Com esse fim concede o Governo tódas as facilidades de execução, inclusivé o adiantamento do dinheiro, até a importância de 5.000 contos, necessário para as operações de compra, despejo e restauro do Palácio. Este passará a chamar-se Palácio da Independência, será destinado a sede da «Mocidade Portuguesa» e do Museu da Restauração e nêle se instalará também a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Entre as muitas manifestações de patriotismo da Colónia Portuguesa do Brasil esta é, sem dúvida, das mais significativas e dignas do nosso aprêço, tanto pelo seu valor material como moral.

Deve dizer-se em abôno da verdade e da justiça, que os portugueses do Brasil foram sempre dos melhores portugueses de Portugal.

A-par-do seu amor à terra adoptiva, que nunca deixou de ser profundo e sincero, o amor da Pátria tem brilhado, contínua e intensamente, em chama alta de orgulho, de saúdades e de benemerências. O acto de agora não constitue, por isso, excepção. E', pelo contrário, manifestação própria das tradições da solidariedade nacional da Colónia e, portanto, dom do seu património espiritual, rico e imenso.

No entanto, a intenção patriótica com que, neste momento, os portugueses do Brasil se juntam para oferecer ao seu País o «Palácio da Independência» confere ao facto significação especial.

É inegável que a notícia da celebração dos Centenários da Fundação e Restauração da Independência de Portugal levou a tódas as partes da Terra onde vivem portugueses um rumor de festa. Todos se sentiram chamados a participar das alegrias da Pátria e a manifestar, de qualquer forma, os seus sentimentos de amor, de orgulho e de entusiasmo patrióticos. Assistiu-se mesmo à transformação súbita de portugueses que haviam trocado a nacionalidade, em portugueses nacionalistas, cheios de brio e de fé. Mas onde essa vibração teve maior amplitude foi, com certeza, no Brasil. Aí se procurou logo os meios de passar do pensamento à acção, de traduzir intenções excelentes em actos magníficos. Tomou-se a iniciativa patriótica de abrir a subscrição para a compra do «Palácio da Independência» e prepararam-se as coisas para interessar vivamente o próprio Brasil nas Comemorações.

A Colónia Portuguesa do Brasil acolheu, assim, como uma ordem, as palavras de Salazar. E' bem digna, por isso, da nossa admiração e respeito, da nossa homenagem e gratidão pela maneira nobre, exemplaríssima, como representa e prestigia o nome de Portugal no estrangeiro.»

Sob o título: «A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português», publicou o «Jornal do Comércio e das Colónias», no seu número de 8 do corrente, o seguinte artigo, assinado por M. M., que gostosamente transcrevemos:

«Embora iniciados há poucos meses, prosseguem, em equilibrado ritmo, os trabalhos da «secção colonial» da Exposição Histórica do Mundo Português no Jardim Colonial de Belém. Dez pavilhões estão em construção, alguns bastante adiantados, trabalhados por dezenas de operários, orientados por técnicos e assistidos da direcção do Inspector Superior das Colónias, capitão sr. Henrique Galvão.

Dirigem as obras os architectos srs. Gonçalo Melo Breyner e Vasco Palmeiro (Regaleira) e Moura Coutinho.

A orientação seguida foi a da implatação de pavilhões, aldeias, monumentos e motivos decorativos pelos vários canteiros do Parque, em locais onde a sua construção menos prejudique as espécies arbóreas, explorando o ambiente e perspectivas que oferecem.

Assim será possível concatenar uma representa-

ção com carácter, se não tropical, como seria de desejar, pelo menos com aspectos aproximados, pois não faltam no Jardim Colonial exemplares da flora africana e recantos pitorescos.

Num vasto terreno que servia para culturas de experiência, aproveitando uma desafogada área, está sendo edificado um grande pavilhão destinado à representação das duas maiores colónias portuguesas: Angola e Moçambique.

O projecto é do Architecto sr. António Lino e a sua fachada, com um desenvolvimento de setenta metros e altura proporcional, tem carácter de decoração, devendo ser dos mais empolgantes do conjunto. Após um vasto vestíbulo, seguem-se dois espaçosos salões para distribuição dos documentários etnográficos e plásticos, e quanto com eles se relacione.

Um outro grande pavilhão — em que também se trabalha com regularidade — será destinado a «Caça e Turismo» adaptado ao edificio do Museu, em frente do qual está sendo apropriado um Jardim, escadarias de acesso e levantada uma fachada magestosa, projecto do architecto sr. Melo Breyner, reforçada com efeitos de duas fontes luminosas, montadas em dois tanques paralelos e cuja construção está concluída.

Nêste pavilhão vai ser organizada uma curiosa e, até certo ponto, inédita exposição cinegética, cuja montagem técnica foi atribuída à Associação dos Caçadores do Sul de Portugal, assistida da direcção do seu presidente sr. dr. José Arantes de Freitas Cruz, que chefiou a Missão portuguesa à recente Exposição Internacional de Caça em Berlim. Devem ser reunidos copiosos documentários da fauna imperial e, com ela, todos os motivos que se relacionem com os processos de caça e aproveitamento dos despojos dos animais. Sabido, como é, que uma grande parte dos indígenas das colónias portuguesas se dedicam à cinegética, uns por profissão, outros por necessidade de alimentação, poderá aquilatar-se por esta secção alguns pormenores do capítulo de etnografia ultramarina que se pretende concretizar na «secção colonial» da Exposição do Mundo Português.

Por outro lado, reunindo elementos esclarecedores das espécies e regiões de caça, por meio de cartas, fotografias e outros processos exhibicionistas, documentários de belezas naturais serão, igualmente, patentes — procurando divulgar alguns pontos dignos de serem conhecidos nos territórios do Império Colonial, num sector bastante sugestivo que envolve o turismo — e que está por explorar.

Não foi olvidada a participação missionária na obra

civilizadora de Portugal. Para a fazer representar condignamente, o architecto sr. Vasco Regaleira compôs e dirigiu a construção duma linda capela acompanhada de claustro anexo, destinado à documentação da obra missionária nacional, na propagação da Fé e na assistência espiritual, moral e humanitária, não só nas nossas colónias, como nos territórios compreendidos no Padroado do Oriente.

Por intermédio do director da «secção colonial» foi solicitado a Sua Eminência o sr. Cardinal Patriarca de Lisboa a escolha e nomeação dum padre para coordenar e orientar a parte litúrgica da instalação — que recaiu, muito acertadamente, no Rev. Alves Correia, procurador das Missões do Espírito Santo em Lisboa.

Porque a maior parte dos pavilhões em construção estão já adiantados, alguns recebendo cobertura, todos edificados com bons alicerces e paredes resistentes, garantindo o seu aproveitamento mesmo depois da realização da Exposição — em oficinas próprias foram já iniciados os trabalhos de decoração, sob a direcção do artista sr. Roberto dos Santos. Por sua vez o escultor sr. Manuel de Oliveira tem concluídos vários trabalhos de decoração exterior, alguns já colocados nos seus lugares e outros aguardando oportunidade para isso.

O projecto de iluminação do Jardim Colonial, suas ruas, lagos e pavilhões — interior e exterior — está já concluído, num estudo que abrange o detalhe e orçamento respectivo.

De todos os pavilhões foram feitas prévias maquetas para orientação do que está em curso, repetimos, em bom ritmo, embora falte um ano para a inauguração oficial da Exposição, andamento aliás indispensável, pois se torna necessário preparar as instalações e os aldeamentos para receber o que está previsto de Africa e Oriente, que não pode ser feito com precipitações.»

IMPrensa BRASILEIRA

Com grande relêvo, continuam os jornais brasileiros a referir-se às Comemorações Centenárias de Portugal, publicando nas suas páginas interessantes artigos e tôdas as notícias respeitantes às próximas celebrações.

São dignos de todos os encómios e da nossa gratidão, em especial, o «Correio Português» — órgão da colónia portuguesa do Brasil — e os numerosos jornais pertencentes aos «Diários Associados» — a maior organização jornalística do Brasil.

Do importante «Jornal do Brasil», num dos seus últimos números, transcrevemos este artigo:

«Estamos a um ano e meses das comemorações dos VIII Centenários da Fundação e III Centenário da Independência de Portugal. Começarão as festas de um programa, jámais previsto, a 5 de Maio e terminarão a 2 de Dezembro de 1940. Um ano cheio de solenidades, em que se não sabe que mais admirar: se a grandeza das intensões patrióticas que as inspiram, se a realização grandiosa que elas vão ter. Portugal inteiro prepara-se para receber visitantes de todo o mundo civilizado. O pôrto de Lisboa reverterá os tempos aureos em que o mundo ocidental o considerava como «cais da Europa»!

O Primeiro Ministro Oliveira Salazar, quando, em Março do ano último, lançou a idea magistral dos Centenários, encontrou apoio unânime em todos os sectores nacionais. Tinha de ser assim, porque a ocasião é única na história do seu país. A data da fundação — 1140 — e a data da restauração — 1640 — vão ser comemoradas condignamente.

Em Junho de 1940 será inaugurada em Lisboa a grande Exposição do Mundo Português, num perímetro vastíssimo, mesmo em frente do glorioso Mosteiro dos Jerónimos. Esse certame, como está sendo preparado, constituirá um dos maiores êxitos das solenidades. Nela comparecerão todos os documentos históricos da acção dos portugueses em todo o mundo. Em reconstituições, orientadas por especialistas das ciências náuticas e históricas, perpassarão os feitos dos lusitanos de séculos longínquos. Portugal antigo estará presente com o esplendor que o notabilizou em épocas que deixaram vestígios.

O Brasil não podia faltar. Espera-se que seja de brilho evocador a sua participação oficial. Crê-se, e com justificados motivos, visite Portugal em 1940 o Presidente Getúlio Vargas, retribuindo assim a visita que em 1922 nos fizera o então Presidente António José de Almeida. E quando se diz o Brasil-official, pode afirmar-se a valiosa comparticipação da colónia portuguesa, entre nós domiciliada. Os portugueses do Brasil estão propensos em comparecer às comemorações, como se faz mister. Preparam-se

vários movimentos nêsse sentido. Um dêles, que sabemos, é da edição de uma obra de vulto, que vai ser lançada à publicidade pela «Mar» S. A. sob o título sugestivo: *Acção dos portugueses do Brasil*. Trata-se de uma obra que condensará em centenas de páginas, grande série de monografias sôbre as actividades dos filhos de Portugal no nosso país. O volume figurará em lugar de destaque na Exposição do Mundo Português, como testemunho da acção de uma grande parte da colónia, contendo também em páginas ilustradas o histórico das instituições portuguesas que tão excelentes serviços têm prestado ao Brasil.»

E ainda sôbre o mesmo assunto, escreve o «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro:

«Portugal vai, como se sabe, comemorar condignamente as duas datas mais caras à sua gloriosa história: a do VIII Centenário da Fundação da Nacionalidade — 1140 — 1940 — e a do III Centenário da sua Independência, como Nação livre que jámais deixou de ser — 1640 — 1940. O programa dêsse ano, será iniciado no dia 5 de Maio e encerrado a 2 de Dezembro, ou seja um dia após a entrega solene ao Estado, do famoso Palácio dos Condes de Almada, transformado em Museu da Independência.

A nota official, lançada em Março do ano último, pelo Primeiro Ministro Oliveira Salazar, vai ter a sua realização prática. Importa salientar dois dos projectos que interessam particularmente aos portugueses que vivem nêste país: o do convite para que o Brasil se faça representar devidamente e, segundo palavras do sr. Oliveira Salazar, depois de expôr uma série de motivos irrecusáveis: «Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da Casa», — e o da criação de uma Exposição do Mundo Português.

A participação do Brasil e a colaboração directa, prestada pela colónia portuguesa aqui residente, são factores eloquentes para a grandiosidade das comemorações.»



NOTAS VÁRIAS

AO MICROFONE DA EMISSORA NACIONAL, PROFERIU EM 5 DE MAIO FINDO O SR. EMBAIXADOR DR. ALBERTO DE OLIVEIRA A SEGUINTE PALESTRA, QUE PELO SEU INTERESSE NÃO QUEREMOS DEIXAR DE ARQUIVAR NESTA REVISTA:

A Comissão Nacional dos Centenários, da minha presidência, deu ontem feliz remate à tarefa preparatória das festas de 1940 (que há mais dum ano lhe foi confiada por Sua Excelencia o Senhor Presidente do Conselho) ao aprovar, por aclamação, o programa definitivo dessas festas, elaborado pela pena consagrada do meu eminente confrade, consócio e amigo o dr. Júlio Dantas, na sua qualidade de presidente da Comissão Executiva do Duplo Centenário.

Todo o país tomou já, a estas horas, conhecimento desse programa, e se associa decerto aos louvores com que a Comissão Nacional o ratificou. Ninguém terá deixado de apreciar como nele se contém o verdadeiro sumário ou índice da história e da vida de Portugal no tempo e no espaço e como assim se oferece aos Portugueses e aos seus hóspedes, desde Maio até Dezembro do ano próximo, por meio de cerimónias, cortejos, congressos e outras manifestações altamente expressivas, o ensejo de aprenderem ou recordarem tudo o que na nossa história, na nossa natureza e na nossa arte merece menção e apreço.

A história portuguesa é um manancial riquíssimo, até nos seus períodos de menor esplendor, e mais fácil é fazer nela a colheita do que a escolha, tal como no programa foi feita, dos seus fastos simultaneamente mais nacionais pela intenção e mais universais pelo eco e repercussão que tiveram. Da originalidade e variedade da nossa paisagem, das nossas populações, tradições e costumes, só surpreende como tenham cabido em tão estreito território. Emfim, não faltam ao longo de Portugal tesouros de arte que são também quasi sempre, e talvez mais que em outros países, atestados ou manifestos de amor pátrio, de tal modo a nossa sensibilidade artística andou sempre aliada ao nosso fervor de independência, expansão e glória e conforme tão integralmente o demonstram o padrão máximo que é a epopeia dos «Lusiadas», e, a par dele, os dois monumentos tão nacionalistas da Batalha e dos Jerónimos e os painéis sem par de Nuno Gonçalves.

O programa das festas de 1940 tinha pois de ser uma síntese histórica e cívica e conseguiu sê-lo. Não há grande acontecimento, nem grande nome, nem grande obra da Nação que ali se não encontrem rememorados e não apenas a fundação e a Restauração que são as nossas magnas certidões de idade.

Todos os Lugares Santos da Pátria lá figuram e serão objecto da peregrinação e da homenagem que lhes são devidas. Por meio de festas provinciais, de que nenhuma provincia foi excluída, e de percursos histórico-turísticos que por igual englobam o conjunto do país, Portugal será visitado dum extremo a outro e conhecido de muitos dos seus filhos que ainda o conhecem mal. Todas as categorias sociais, quer civis quer militares — clero, nobreza e povo, como tão bem se dizia outrora — comungarão em igualdade de sentimento e de orgulho perante a obra que em oito séculos resultou dos seus convergentes esforços. E a Pátria de áquem e de além-mar, unida pelas misteriosas e mais que nunca bem-vindas ondas magnéticas, ouvir-se-á em reciproca permanência, não havendo palavra pronunciada em Lisboa, Coimbra ou Guimarães que não ressoe logo em Goa, Luanda ou Lourenço Marques, e vice-versa.

Falta dizer que não é só o programa que está concluído, mas que também a maior parte das obras nele anunciadas e prometidas estão em cada vez mais rápido andamento. Basta percorrer as margens do Tejo, nas vizinhanças de Belém, para ver que demolições e construções marcham a par e que tanto a praça imperial dos Jerónimos como o lindo Jardim Colonial já estão sentindo os efeitos da actividade com que o talento de brilhantes artistas e o espírito organizador e realizador dos membros dirigentes da Comissão Executiva os vão transformar e embelezar. A Torre de Belem já conta os dias que a separam da definitiva libertação. Há já assim, por toda a zona das futuras festas, vestígios visíveis da bela realidade de amanhã.

Cumpra à opinião pública, sempre amiga de mal-dizer ou de duvidar, ser agradecida aos que em tão escasso tempo tanto fizeram e corresponder a esse fervor com o seu próprio. Note-se que a Exposição Universal de Roma está anunciada para 1942, de aqui a três anos, e no entanto as suas obras no terreno já estão há meses em activa marcha. Aqui ninguém dispôs de tão amplos prazos e nem porisso se deixará de chegar ao fim. Reclama-se apenas que

todo o país ajude e colabore. As velhas capitais históricas de Portugal, a que tão grande papel cabe nas comemorações, os centros artísticos e turísticos, os domínios ultramarinos do Império lusitano, não podem limitar-se a esperar pelo que faça ou emprenda o Estado e devem, na medida das suas forças e posses, sempre susceptíveis de crescer pela união das vontades, preparar-se ao máximo para celebrar os feitos que com elas mais se relacionem e para bem receber os hóspedes que em 1940 as visitem. Cada Português deve estudar e meditar o programa que hoje a todos oferecemos e perguntar à sua própria consciência em que medida e de que forma lhe é dado contribuir para a sua melhor realização ou maior êxito. Por mais humildes que sejamos, todos temos alguma coisa a dar, e, quando mais não seja o nosso entusiasmo, a nossa alegria, a nossa fé. São virtudes essas de que não somos pródigos e cujo esmorecimento mais de uma vez tem feito malograr as mais felizes iniciativas. O Duplo Centenário de 1940 só será o que por honra nacional deve ser, se em volta das manifestações oficiais ou não oficiais se sentir e respirar a electricidade comunicativa, o ambiente de concórdia e compreensão que lhes dará encanto, íntima sonoridade, alma e vida.

E não se esqueça ninguém de que, nessa hora que durará mais de sete meses, o mundo inteiro terá os olhos postos em Portugal, e nos avaliará e julgará pelo que dissermos e fizermos. Estaremos então, como costuma dizer-se, mais que nunca na berlinda.

BASES DO PROGRAMA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS COMEMORAÇÕES CENTENARIAS

Na última reunião da comissão nomeada pelo Governo brasileiro para estudar as bases da participação do Brasil nas Comemorações Centenárias

e, em especial, na Exposição do Mundo Português, o sr. Dr. Heitor Lyra, antigo conselheiro da Embaixada daquele país em Lisboa e que presentemente se encontra em serviço do Ministério das Relações Exteriores, apresentou um relatório desenvolvido sobre a maneira como deve ser feita essa colaboração.

Nesse relatório, o sr. Dr. Heitor Lira propõe as seguintes bases :

I — Construção de um Pavilhão na Exposição do Mundo Português ;

II — Organização de uma exposição cultural, contendo tudo quanto puder interessar a História e a Geografia comum aos dois países ;

III — Elaboração de livros, memórias, estudos, etc. que representem a colaboração espiritual do Brasil na história comum dos dois países ;

IV — Assinatura de uma série de actos internacionais, que apróximem e estreitem ainda mais os laços que unem as duas nações irmãs ;

V — Envio de uma delegação, onde figurem as classes representativas da nação ;

VI — Oferta a Portugal, como forma tangível do nosso aprêço pela colaboração comum na era colonial, de uma estátua do padre António Vieira ;

VII — Restituição a Portugal dos numerosos papotes existentes no Ministério das Relações Exteriores, de interesse exclusivo para a história militar portuguesa na Europa.



